

# Capixaba tem sotaque? Quem pode dar essa resposta? Questões para a sociolinguística da sociedade

## Do capixabas have an accent? Who can answer that? Sociolinguistic questions for society

Marcela Langa Lacerda\*  
Ana Clara Soave Leppaus\*\*

### RESUMO:

Se capixaba tem ou não sotaque é tema de muitas discussões em solo espírito-santense. Este trabalho objetiva (a) apreender de uma certa literatura de/sobre terceira onda variacionista (ECKERT, 2012; 2018, dentre outros) uma ressignificada concepção de percepção e de avaliação e (b) lançar luz sobre como a questão da identidade sociolinguística capixaba pode ser reinterpretada, no âmbito dessa nova fase. Em termos metodológicos, esta investigação é qualitativa e gera dados por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de opinião pública. Os resultados apontam para a nova fase variacionista: (a) abrindo mão da noção de consciência/inconsciência linguística; (b) desfazendo a diferença entre avaliação e percepção; e (c) redefinindo a concepção de identidade, por considerá-la em termos de conquistas interacionais, reivindicadas intencionalmente pelos sujeitos. Os resultados ainda apontam para um cenário pluridiscursivo sobre a identidade linguística capixaba, levando-nos a

Recebido em 7 de setembro de 2022.

Aceito em 17 de outubro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1333>

\* Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), marcelalanga@yahoo.com.br

Orcid 0000-0002-8824-8339

\*\* Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), anasoaveleppaus@gmail.com

OrcidOrcid 0000-0002-9408-3702

concluir que capixaba tem e não tem sotaque, paradoxalmente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos de Terceira Onda Variacionista. Percepção/avaliação. Identidade. Sotaque capixaba. Pluridiscursividade.

**ABSTRACT:**

Whether capixabas - those born in Espírito Santo - have an accent or not is the subject of much debate in Espírito Santo. This paper aims to (a) derive from the specific literature on the third variationist wave (including ECKERT, 2012; 2018) a resigned conception of perception and evaluation, and (b) shed light on how the question of sociolinguistic identity in Espírito Santo can be reinterpreted in the context of this new phase. Methodologically, this is a qualitative study in which data are obtained through a literature review and a public survey. The results point to the new variant phase: (a) the abandonment of the concept of linguistic consciousness/unconsciousness; (b) the elimination of the difference between evaluation and perception; and (c) the redefinition of the concept of identity, considering it as an interactional performance consciously claimed by subjects. The results also point to a pluridiscursive scenario on the linguistic identity of Espírito Santo, which leads us to conclude that the people from Espírito Santo paradoxically have an accent and do not have one.

**KEY WORDS:** Variationist studies of the third wave. Perception/assessment. Identity. Capixaba accent. Pluridiscursivity.

## Introdução

No Espírito Santo há uma polêmica acerca do sotaque capixaba<sup>1</sup>: capixaba tem ou não tem sotaque?<sup>2</sup>

No cenário sociocultural, as opiniões se dividem, pois parte da população considera que sim, e parte da população considera que não. Em

---

1 “Capixaba” é o natural do Estado do Espírito Santo ou o natural da capital desse Estado (Vitória), alternativamente. Neste texto, consideramos a primeira opção.

2 Por “sotaque” compreendemos marcas linguísticas próprias de uma comunidade, ou seja, marcas lexicais e gramaticais, incluindo processos fonológicos gerais e de padrões prosódicos, típicas de um grupo, em uma localidade geográfica. A exemplo de Ramos (1997), embora reconheçamos que “dialeto” e “sotaque” sejam noções distintas, estaremos utilizando um termo pelo outro, neste texto, em referência a marcas identitárias de um povo, em termos linguísticos.

muitas matérias de jornais locais, por exemplo, essa situação controversa é constantemente retratada, e quase sempre de maneira jocosa. Já no âmbito acadêmico, muitos estudos variacionistas clássicos (/labovianos)<sup>3</sup> apontam para a existência de marcas linguísticas próprias desse Estado, levando os pesquisadores à compreensão e divulgação de que capixaba tem, sim, sotaque (cf. YACOVENCO *et al.*, 2012; dentre outros).

Esses trabalhos, fundamentados no que tem sido denominado de *primeira onda variacionista* (ECKERT, 2012; 2016; 2018), são, majoritariamente, baseados em dados de produção, embora o próprio campo reconheça ser necessário ampliar o escopo das pesquisas para contemplar dados também relacionados à avaliação e à percepção, ou seja, à “maneira pela qual as atitudes e os julgamentos linguísticos afetam o processo de constituição da identidade pela língua e pelo discurso” (FREITAG *et al.*, 2015, p. 70), considerando que a variação é governada não apenas por regras de uso, mas também pela maneira como as pessoas avaliam tais usos (FREITAG *et al.*, 2015).

Só por essa última consideração já se verifica a importante relação, nos estudos variacionistas, em geral, entre *avaliação, percepção e identidade*, neste texto tomados como conceitos centrais, mas relidos conforme a

---

3 Por convenção, estamos nos referindo aos estudos labovianos como *estudos clássicos* ou estudos de primeira onda variacionista, considerando que o campo se subdivide, atualmente, em três diferentes ondas (ECKERT, 2012; 2018). Mesmo assim, ressalve-se que nem todos os trabalhos de Labov ou de orientação laboviana são de primeira onda: para Eckert (2018), a pesquisa de Labov, em Martha’s Vineyard (1963), caracteriza-se como sendo de terceira onda, enquanto o estudo sobre a Estratificação Social do Inglês de Nova York (1966) seria o marco dos estudos de primeira onda. A questão, para a autora, é que, do trabalho de 1963 para cá, o pensamento laboviano, ao se voltar para métodos de pesquisa em larga escala, “acabou ofuscando – até mesmo suprimindo – os insights do estudo de Martha’s Vineyard” (ECKERT, 2018, p. xii), o que justifica a emergência de uma terceira onda, que, apropriando-se do foco do estudo de 1963 (qual seja: o significado social da variação), reposiciona a investigação variacionista, conforme argumentação aqui desenvolvida.

epistemologia praticada nos estudos de terceira onda, segundo a qual, dentre outros aspectos: (a) a linguagem<sup>4</sup> pode ser entendida, em primeiro plano, como recurso para indiciar discursos (/posturas ideológicas) (COUPLAND, 2001; 2007; ECKERT, 2018) e (b) a noção de sujeito está muito mais atrelada à noção de *persona*, uma identidade que o indivíduo constrói em termos de “*senso de lugar no mundo social*” (ECKERT, 2005, p. 17)<sup>5</sup>, do que à noção laboviana de sujeito empírico.

É essa resignificada concepção de língua e de sujeito que parece localizar os estudos de terceira onda no polo da macrossociolinguística ou da *sociolinguística da sociedade*, voltado, epistemologicamente, por meio de diferentes abordagens<sup>6</sup>, para a compreensão do que a sociedade faz com a língua em suas diferentes práticas, e distanciá-los, portanto, da microssociolinguística ou *sociolinguística da linguagem*, voltada para a compreensão do sistema linguístico de uma determinada sociedade (COULMAS, 1998).

Em outras palavras, argumentamos que a terceira onda variacionista parece estar mais próxima, por exemplo, da sociologia da linguagem – que toma a linguagem como um útil instrumento de apoio e referência para abordar o estudo dos aspectos sociais – do que da sociolinguística laboviana, tendo em vista que, embora ambas articulem língua e sociedade, essa última parece ter deixado de lado, segundo Joshua Fishman (1982)<sup>7</sup>, por exemplo, a ótica de que a sociedade tem *status* conceitualmente superior à linguagem (TAPIAS, 2018).<sup>8</sup>

---

4 Neste texto, não estamos fazendo distinção entre língua e linguagem, mas acionando os termos alternativamente, para fazer referência aos usos linguísticos.

5 Neste texto, por questões de espaço, não apresentamos excertos na língua original. Todas as traduções são livres e de responsabilidade das autoras.

6 As abordagens que constituem o polo da macrossociolinguística são a Sociologia da Linguagem, a Etnografia da Fala e a Sociolinguística Interacional.

7 Fishman, ao lado de Bernstein, é um expoente representante da Sociologia da Linguagem.

8 Em nossa leitura, essa consideração de Fishman sinaliza para o fato de que a linguagem é produto das ações sociais, sem que se perca de vista, com isso, a noção de que, reversamente, esse produto também atua sobre a organização social.

Circunscrito nesse cenário, este texto objetiva (a) depreender de uma certa literatura de/sobre terceira onda variacionista (ECKERT, 2000; 2012; 2018, dentre outros) uma ressignificada concepção de *avaliação* e de *percepção* e (b) lançar luz, de modo ilustrativo, sobre como a questão da identidade sociolinguística capixaba pode ser reinterpretada, no âmbito dessa nova fase.

Além disso, incorpora-se à reflexão aqui empreendida o aspecto político da questão em tela ou, em outros termos, incorporam-se questões de política linguística, na reflexão sobre sotaque capixaba, tomando como baliza a seguinte premissa:

[...] a política linguística não tem nada a ver com linguística; ela tem tudo a ver, isto sim, com a política, entendida como uma atividade na qual todo cidadão – todos eles, sem exceção – tem o direito e o dever de participar em condições de absoluta igualdade, sem se importar com classe econômica, sexo, orientação sexual, idade, escolaridade, e assim por diante. E não só o direito de expressar suas opiniões livremente, mas também de serem ouvidos e respeitados por elas (por mais ultrapassadas ou ultrajantes que estas pareçam). (RAJAGOPALAN, 2013, p. 22).

Para tanto, organizou-se o presente artigo da seguinte forma: além desta seção, na seguinte explana-se a relação que se estabelece entre percepção, avaliação e identidade nos estudos variacionistas, contrastando primeira e terceira fases do campo; na sequência, tecem-se considerações sobre o sotaque capixaba, tal como ele vem sendo tradicionalmente investigado; depois, apresenta-se a metodologia empregada para levantamento de alguns dados a partir dos quais a questão do sotaque capixaba pode ser relida; posteriormente, explicitam-se os resultados obtidos, seguidos de uma breve discussão; e, por fim, tecem-se algumas considerações finais.

## 1. A relação entre percepção, avaliação e identidade nos estudos variacionistas de primeira e de terceira ondas<sup>9</sup>

Nesta seção, tomamos como referência Eckert (2018)<sup>10</sup>, que tem defendido, em inúmeros trabalhos, a existência de três fases variacionistas, e que, nessa obra, faz constar aquilo que mais diretamente nos interessa neste texto: uma espécie de manifesto da terceira onda variacionista<sup>11</sup> (doravante TO), que não consiste em uma teoria, mas em uma “perspectiva teórica que coloca o significado da variação, em todo o seu dinamismo e indeterminação, no centro da análise” (ECKERT, 2018, p. xi).

Por considerações dessa natureza, a terceira fase variacionista parece se organizar em torno de temas de trabalho – daí ser anunciada no plural (*abordagens/estudos de TO*) e poder ser descrita por meio de diferentes práticas de pesquisa<sup>12</sup>, num visível movimento de transbordo teórico, embora todas elas indiciem o mesmo conjunto de (novos) pressupostos.<sup>13</sup>

---

9 Para os fins deste texto, não faremos menção à segunda fase variacionista.

10 Eckert (2018) retoma diversos de seus trabalhos, numa espécie de reapresentação contextualizada de textos clássicos, como o estudo dos *jocks e burnouts* (ECKERT, 2000), com vistas a explanar o desenvolvimento de seu pensamento em direção à terceira fase variacionista, cujo marco, segundo a autora, é a realização de um seminário, no ano acadêmico de 1999-2000, na Universidade de Stanford (EUA), intitulado *Style, Language and Ideology Cooperative/ Collaborative* (SLIC). O evento contou com a presença de sociolinguistas e antropólogos linguistas, todos “ansiosos para se envolverem com a teoria social e com o estilo” (ECKERT, 2018, p. 125). No texto de 2018, Eckert retoma ainda o pensamento desse grupo, também atuante em Eckert e Rickford (2001), o que justifica a retomada de autores dessa última obra, neste texto.

11 O que Eckert considera uma espécie de *manifesto da terceira onda* é um artigo seu, intitulado “Demystifying sexuality and desire”, que, feito em resposta a Don Kulick, está representado na obra de 2018.

12 Por esse motivo, inclusive, registramos a complexidade de se falar em *estudos de TO*, já que diferentes compreensões sobre eles têm emergido nos debates acadêmicos brasileiro, por exemplo. Nossas considerações, portanto, devem ser lidas em relação aos textos referenciados.

13 Cf. Autor para uma explanação sobre alguns desses pressupostos.

Ampliando a visão sobre a TO, vamos refletir sobre como as concepções de percepção e de avaliação podem ser relidas, convocando também uma diferente visão sobre o conceito de identidade. E, a fim de contrastar os estudos de primeira e de terceira fases – porque essa última emerge do diálogo com a primeira, pressupondo-a para redizê-la –, retomemos, primeiramente, a primeira fase, conforme a seguir.

### **1.1 O campo da microssociolinguística – primeira onda variacionista: delimitações e críticas sobre os tópicos em análise**

Em linhas gerais, os estudos de primeira onda objetivam estabelecer amplas correlações entre variáveis linguísticas e macrocategorias sociais abstratas (classe, sexo, idade, etnia etc.), por meio de análises quantitativas de grande volume de dados, coletados, principalmente, em entrevistas sociolinguísticas, no âmbito de uma comunidade de fala, a fim de identificar padrões sociolinguísticos regulares de uso na comunidade (ECKERT, 2012).

Uma comunidade de fala, por sua vez, não é definida

por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas partilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de compartilhamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. (LABOV, 2008 [1972], p. 150).<sup>14</sup>

É neste sentido que a questão da avaliação social sobre fenômenos variáveis é central para o campo variacionista, desde a sua emergência, pois respeita ao nível de consciência social ou à atitude social dos falantes de uma comunidade, em relação aos fenômenos variáveis, considerando que “valores sociais são atribuídos a regras linguísticas somente quando há

---

14 Cf. Guy (2000, 2001), que amplia a definição de comunidade de fala, elencando alguns outros critérios.

variação” (LABOV, 2008 [1972], p. 290). Assim, para Labov, a despeito da heterogeneidade de produção, é a “homogeneidade na interpretação” (LABOV, 1982, p. 18) das variantes de uma variável que delimita uma comunidade de fala, porque “as atitudes sociais para com a língua são extremamente uniformes dentro de uma comunidade de fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 287), embora “os falantes, nem vagamente, [tenham] consciência” (LABOV, 2008 [1972], p. 314) disso.<sup>15</sup>

A perspectiva de homogeneidade avaliativa no âmbito de uma comunidade de fala, por sua vez, é sustentada pela hipótese clássica de aquisição, segundo a qual o indivíduo estabiliza o seu padrão de comportamento linguístico, tanto de produção quanto de avaliação, em determinadas fases de seu desenvolvimento e conserva-o pelo resto de sua vida (NARO, 2003). A aquisição de que fala essa hipótese refere-se, especificamente, à aquisição do vernáculo, definido como o “estilo em que se presta o mínimo de atenção à fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 103), o estilo prototípico, portanto, de contextos informais de uso da língua. Em síntese, “[a]queles que adquirem o vernáculo da comunidade de fala em seus anos de formação mostram esse acordo geral [avaliativo], mas outros não, mesmo quando eles mostram muito das características de produção da comunidade de fala” (LABOV, 1982, p. 18-19).

Além de a homogeneidade interpretativa, nesse contexto, correlacionar-se com a avaliação social, correlaciona-se também com a variação estilística, já que se concebe que “a maioria dos falantes seguem um padrão regular de alternância estilística na mesma direção” (LABOV, 2008 [1972], p. 138), talvez porque “o correlato da estratificação regular de uma variável sociolinguística no comportamento [seja] a concordância uniforme em reações subjetivas” (LABOV, 2008 [1972], p. 288) – o que culmina em uma “conexão íntima

---

15 Retome-se que, de acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), costuma haver “disjunção entre produção e percepção” (p. 120).

entre variação estilística e variação social” (LABOV, 2008 [1972], p. 156), nessa fase variacionista, sendo aquela constituída aos moldes dessa última.

É no âmbito desse vasto tema sobre a avaliação social que está a especificação dos conceitos de avaliação e de percepção: enquanto avaliação é considerada uma ação metalinguística mais consciente, percepção é considerada uma ação subjetiva com menor grau de consciência (OUSHIRO, 2014; 2021), o que justifica os estudos variacionistas investirem fortemente no desenvolvimento de procedimentos metodológicos experimentais (técnicas e instrumentos de coleta de dados) para a captação dessas ações sociais encobertas aos próprios falantes.<sup>16</sup>

Desse breve panorama, podemos depreender a correlação que se estabelece entre comunidade de fala, avaliação social, grau de consciência e identidade, nessa fase do campo: se as atitudes e os julgamentos linguísticos afetam o processo de constituição identitária (linguística) e se esses são fundados, de modo mais homogêneo (/uniforme), no âmbito de comunidades de fala, então podemos conceber que os sujeitos de uma comunidade de fala são, identitariamente, mais homogêneos e mais estáveis, no que tange a atitudes e julgamentos linguísticos, em grande medida porque sua caracterização, na proposta teórico-metodológica em análise, decorre da localização dos sujeitos em macrocategorias sociais – por isso “[á]nálises de avaliação e de percepção parecem mais adequadas para investigar os tipos de associações que os falantes estabelecem entre variáveis linguísticas e categorias sociais” (OUSHIRO, 2014, p. 32).

Ademais, identidade, nessa perspectiva, é atribuída aos sujeitos pelo analista, conforme resultados de pesquisa: quando, dentre outros aspectos, percepções e avaliações são relativamente homogêneas na amostra

---

16 Para medir o modo como os falantes julgam variantes linguísticas e a elas associam valores, de modo a hierarquizá-las, há, segundo Freitag e Santos (2016), diferentes técnicas ou protocolos de testagens descritas na literatura laboviana, como *self report test*, *family background test* e *matched guise test* – todos com o objetivo de acessar aspectos inconscientes do uso linguístico.

investigada, trata-se de uma comunidade de fala e de sujeitos identificados como tendo o mesmo traço identitário (capixabas, mineiros, manezinhos, baianos, brasileiros, portugueses etc.), fundado em generalizações (*mulheres capixabas*, por exemplo), que derivam de resultados pelos quais se chega em decorrência do escopo metodológico adotado.

Autor rastreou, dentre outras, as seguintes críticas que essa primeira fase do campo recebe:

- a) Milroy e Milroy (1998) argumentam que, no modelo de estrutura social adotado por Labov, os indivíduos são organizados hierárquica e consensualmente com base na ideia de continuidade (do maior para o menor). Isso faz com que haja, quanto à mudança estilística, por exemplo, uma correspondência entre direção de mudança e um movimento de ascendência na hierarquia social;
- b) Le Page (1998) observa que as identidades que se pode assumir com a prática da linguagem são tão diversas que somos mesmo, linguisticamente, camaleões, a depender do que estamos tentando projetar ou indexar às formas linguísticas;
- c) Eckert (2000), nessa mesma direção, destaca que o uso de determinadas variantes, bem como a avaliação que se faz delas, não se vincula necessariamente a grupos sociais, mas a posturas, a atividades e qualidades que são mobilizadas no interior de práticas específicas, para a construção de identidades enquanto índices de posturas assumidas, a fim de se obter legitimidade nelas;
- d) Eckert e Wenger (2005) ainda destacam que o que conta como legítimo em um grupo particular é constantemente negociado e, por isso, demanda constante participação e realinhamento dos indivíduos.

Dessa maneira, consideramos que compreender que ser representante de um ponto na hierarquia social significa aceitar um tipo específico de uso ou de avaliação e percepção social é operar com uma relação de causa e efeito “que deixa de lado as trocas na experiência, a intersubjetividade e a natureza mútua de construção social” (ECKERT; WENGER, 2005, p. 584).

E podemos acrescentar, ainda, as seguintes críticas de Eckert (2018): para a autora, a variação é, em grande medida, produto da agentividade dos falantes em cada atividade linguística, conceito que não indicia as noções de atenção ou consciência; mas a noção de consciência, contudo, é, segundo Eckert, basilar nos estudos variacionistas clássicos, por conta da concepção de língua assumida: uma concepção que evoca uma orientação inatista, segundo a qual língua é um fenômeno da natureza humana, um produto da mente humana, que envolve forças além de nosso controle consciente – por isso a empreitada laboviana centra-se em padrões automáticos, deixando de lado justamente a intencionalidade da variação (ECKERT, 2018).

A autora, assim, chega a dizer que, até onde ela sabe, “a consciência [nos estudos linguísticos] é uma questão apenas no estudo da variação” (p. 141), o que culminou, nessa fase do campo, com a noção de sujeito e de língua *autênticos*: o sujeito autêntico é aquele local e socialmente orientado (/determinado) inconscientemente, e que produz usos que emergem naturalmente dentro e a partir de uma localização específica. Nas palavras da autora, conforme a seguir, essa perspectiva parece orientar toda a estrutura da pesquisa variacionista de primeira onda.

A noção de falante autêntico é baseada na crença de que alguns falantes foram mais contaminados pelo social do que outros – contaminados no sentido de que vagaram além de seu habitat natural para estarem sujeitos a influências sociais conscientes e, portanto, não naturais. Assim, o aldeão que teve contato com pessoas da cidade, ou o falante da classe trabalhadora que aspira a ser classe média, ou mesmo o falante afro-americano que usa o inglês padrão, são todos vistos como linguisticamente menos naturais do que seus pares que não se desviaram da variedade local. (ECKERT, 2018, p. 137).

Em clara referência ao tipo de sujeito e ao tipo de uso linguístico (o vernáculo) que prioritariamente conta para os estudos variacionistas de primeira onda, a autora questiona, por exemplo, a “linha” que separa um tipo e outro de uso (consciente e inconsciente) e cuja existência é central para a

prática analítica do campo, destacando ainda o fato de que as pesquisas sob as premissas precedentes estão repletas de dados considerados mais conscientes, mas que são deixados de lado, na análise, justamente por deporem contra a ideologia da teoria – de que “o mais interessante na linguagem é o que está além do controle consciente da agentividade dos falantes” (ECKERT, 2018, p. 138). E, nesse mesmo contexto de discussão, a autora ainda reflete sobre quem, afinal, pode definir autenticidade.

Assim, segundo Eckert (2018, p. 139), com uma visão, nessa fase variacionista, de que a língua está

na mente humana, esperando para ser descoberta, os sociolinguistas ostentam a capacidade de chegar a ela, em seu estado natural, na forma do vernáculo [...]. O falante autêntico, o vernáculo, o período crítico [segundo a hipótese clássica de aquisição] [...] são o que sustentam a visão da linguagem como um objeto natural [nos estudos de primeira onda].

Comparando o fazer científico a um zoológico, Eckert (2018) ainda pondera que esses conceitos variacionistas são grandes presenças, como a de elefantes e alces, que ignoramos coletivamente, que estão enterradas inquestionavelmente em nossa prática, mas que precisam ser revistas. E é a partir de críticas dessa natureza que o campo parece convocar também uma outra orientação de pesquisa.

Para bem longe da concepção de sujeito sociológico que, tendo emergido no final do século XIX, aponta para um sujeito que é reflexo do meio social ou, nas palavras de Hall (2015, p. 11), aponta para um sujeito que faz ver um cenário epistemológico em que a noção de “identidade costura o sujeito à estrutura [e] estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam”, a epistemologia da TO parece apontar para um sujeito que, em conformidade com uma outra perspectiva sociológica – qual seja, aquela que, agenciada de autores como Giddens (2002), Bauman (2005) e Hall (2015), dentre outros, evoca concepções pós-modernas –, é movente, dado o colapso de identidades muito ligadas ao local (geográfico, físico).

Tudo isso parece conduzir o campo variacionista à perspectiva de estilos e identidades múltiplos (no mesmo sujeito), conforme o estilo de vida, definido “como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular de autoidentidade” (GIDDENS, 2002, p.79).

Essa noção (implícita), na TO, de autoidentidade, ou seja, de que os sujeitos têm condições de, eles mesmos, construir narrativas sobre si, considerando o modo como (se) significam, é o que parece, dentre outros aspectos, aproximar a fase variacionista em tela da premissa política adotada neste texto – de que todo cidadão tem o direito de expressar suas opiniões e também de ser ouvido e respeitado sobre elas – e também sustentar a leitura de que estamos diante de uma outra epistemologia ou diante de uma extrapolação de limites do que, até então, concebíamos como típicos dos estudos variacionistas.

## **1.2 O campo da macrosociolinguística - to: delimitações e perspectiva sobre os tópicos em análise**

Em linhas gerais, se a ênfase dos estudos variacionistas de primeira onda estava em macrocategorias, se equiparava identidade com afiliação a elas e se tomava a correlação entre variáveis e macrocategorias como uma caracterização suficiente para compreensão do significado social da variável, agora, os estudos de TO, com enfoque linguístico-antropológico (CAMACHO; SALOMÃO-CONCHALO, 2016) e abdicando da noção de consciência/inconsciência, objetivam compreender “a relação entre o uso linguístico e os tipos de estratégias sociais que levam à inscrição de novas categorias e significados sociais” (ECKERT, 2012, p. 282) em cada ato interacional, onde identidades, tomadas como posturas localmente constituídas, são projetadas.

Esse tipo de pesquisa tende a se fazer – embora seja difícil generalizar – por meio de análises prioritariamente qualitativas<sup>17</sup>, não reivindicando grande volume de dados e nem estabelecendo um *lôcus* de pesquisa prioritário (como comunidade de fala), pois qualquer instância que pressuponha a prática linguística pode ser objeto de investigação; além disso, o tipo de dado investigado, abandonando-se a crença no vernáculo, deixa de ser especificado, passando a importar todos os usos (públicos ou privados; institucionais ou mundanos; orais ou escritos).

Essas mudanças ocorrem basicamente porque, da primeira para a TO variacionista, parece alterar-se a ótica investigativa: de *linguística* (com foco na descrição de fenômenos linguísticos, para produção de conhecimento sobre a língua enquanto entidade sistêmica e abstrata, com previsão de correlação, em alguns pontos, entre estrutura linguística e estrutura social), para *social* (com foco na explicação de usos linguísticos situados, para produção de conhecimento sobre a prática social, uma vez que os usos da língua, tomada como sistema sócio-semiótico, são também uma prática social) (AUTOR) – conforme se explana a seguir, a fim de apontar para o quadro de referência no âmbito do qual os conceitos de avaliação, percepção e identidade podem ser relidos.

Tendo como objeto de reflexão a prática linguística, tomando-a como uma prática estilística (daí a TO ser considerada a perspectiva estilística dos estudos variacionistas), os estudos de TO “geralmente começam com estilos”<sup>18</sup>,

---

17 Análises quantitativas não são descartadas, nessa fase – cf., por exemplo, a argumentação de Tamminga (2021), na obra *Social Meaning and Linguistic Variation: Theorizing the Third Wave*, organizada por Hall-Lew, Moore e Podesva (2021). O que estamos argumentando, na esteira de Drager *et al.* (2021), na mesma obra, é que o tipo de análise solicitada pelos estudos de TO pode, por vezes, prescindir de análises quantitativas, uma vez que os pressupostos e os objetivos de pesquisa são diferentes.

18 “Estilo”, nos textos de/sobre TO, embora seja um termo utilizado por vários estudiosos para se referir a uma ampla gama de coisas, desde a obra de Eckert e Rickford (2001) até a mais recente obra de Hall-Lew, Moore e Podesva (2021), sempre evoca Irvine (2001), que vê a distinção como sua característica definidora. Seguimos, portanto, essa mesma concepção.

buscando descobrir o que os torna distintos, em uma tentativa de detalhar os tipos de recursos e significados que dão à língua a sua vida social” (ECKERT, 2012, p. 284). Admitindo, então, que toda prática linguística é uma prática estilística, e entendendo “por prática estilística[...] tanto a interpretação quanto a produção de estilos, pois as duas ocorrem de forma constante e interativa” (ECKERT, 2018, p. 147), considera-se que o estilo é um fenômeno distintivo, o que significa dizer que o estilo linguístico, conectado a um estilo de vida, só pode ser caracterizado dentro de um quadro social em que diferentes estilos estão em relação.

Assim, assume-se que um estilo contrasta com outros, e que o significado social de um estilo contrasta com o significado social de outros (IRVINE, 2001), estando o movimento contrastivo ligado à orientação ideológica do estilizador, uma vez que *o estilo* “tem origem no conteúdo” (ECKERT, 2008, p. 456), ou seja, na própria compreensão que se tem do mundo, destacando-se, então, que “diferentes maneiras de dizer são entendidas como sinais de diferentes modos de ser” (ECKERT, 2008, p. 456). Essa visão conduz, por exemplo, à perspectiva de indivisibilidade entre forma (linguística) e conteúdo (da vida) (ECKERT, 2018), já que o trabalho social (tal como os atos de linguagem) é eminentemente sobre o conteúdo da vida das pessoas.

Por essa razão, nas palavras de Eckert (2008), a “[i]deologia é o centro da prática estilística [e] cada movimento estilístico é o resultado de uma interpretação do mundo social e dos significados dos elementos dentro dele, assim como um posicionamento do estilizador em relação a esse mundo” (ECKERT, 2008, p. 456).

Nesse sentido, sendo o estilo linguístico a manifestação de um modo de ser, de um ponto de vista constituído em relação a outros pontos de vista, ou a manifestação de uma *persona*<sup>19</sup> no interior de práticas específicas, o cenário

---

19 Segundo Eckert (2018), o conceito de *persona* foi introduzido nos estudos variacionistas por Coupland, e representou uma base sólida para o estudo do significado da variação – basicamente porque conecta os caros conceitos de prática estilística e de agentividade.

para o estudo da variação (estilística) passa a ser o quadro sociocultural de uma sociedade que, constituída ideologicamente, organiza a prática sociolinguística a partir de um sistema de diferenciação em que discursos (/pontos de vistas) estão em relação (IRVINE, 2001; COUPLAND, 2007). Como as variáveis linguísticas, nesse contexto, ocorrem como componentes de estilos, a interpretação delas requer análise do estilo (ECKERT, 2018), o que justifica a afirmação de Tagliamonte (2012) de que os estudos de TO não veem variáveis, mas estilos.

Nesse cenário, a constante negociação de significado no mundo é que exige do falante engajamento, o que sugere “constante processo de construção identitária” (ECKERT, 2000, p. 41), tomando identidade, agora, como “uma perspectiva pessoal sobre o resto mundo, uma compreensão pessoal de seu valor para os outros” (ECKERT, 2000, p. 41), a ponto de se falar em “atos de identidade” (ECKERT, 2018, p. 153) – atos menores, que envolvem percepções que costumam ficar “abaixo do radar de grandes pesquisas sociolinguísticas” (ECKERT, 2018, p. 153).

Uma importante consideração, neste ponto, é que os estudos de TO não parecem fazer distinção entre variação social e estilística, em consequência da não dicotomização entre indivíduo e sociedade, tendo em vista que o foco em atos de identidade não significa “que esses atos sejam independentes da ordem social mais ampla; ao contrário, estão sistematicamente relacionados às categorias macrossociológicas e embutidos nas práticas que os produzem e reproduzem” (ECKERT, 2018, p. 153), pela linguagem, pois essa é que conecta indivíduos e categorias macrossociológicas, facultando aos sujeitos a movimentação estilística, à medida em que constroem suas *personas*.

É nesse sentido que vemos, da primeira para a TO, uma importante mudança na categoria de identidade: de uma categoria empírica dada (aprioristicamente) para uma categoria semiótica, que toma a linguagem como responsável por produzir a conexão fluida entre *personas* e categorias identitárias, entre o aspecto social (e reiterável) e o aspecto individual (e evêntico), constitutivos dos sujeitos.

Se a noção de estilo traz à tona a perspectiva de um sujeito agentivo (estilizador), que precisa assumir posturas (ideológicas) – embora esse conceito não se relacione com o de consciência, mas com o de intencionalidade, que pode ser, inclusive, automática (ECKERT, 2018) –, a noção de *prática*, afasta os estudos de TO do interesse em compreender o sistema linguístico (abstrato) de uma comunidade, conduzindo ao interesse em compreender os efeitos dos usos performáticos da língua, na vida social.

Resumindo, pode-se dizer que a variação (estilística) passa a ser vista como recurso para um contínuo processo de construção e projeção de identidades sociais/individuais, de *personas* sociais, o que demanda uma concepção agentiva de falante e a noção de que *todo uso linguístico é performático* (ECKERT, 2001; 2008). Sendo assim, identidade é tomada em termos não de categoria fixa, mas de movimentos/atos identitários; e estilo, em termos de *processo de estilização* (COUPLAND, 2007) ou movimentos estilísticos (ECKERT, 2000).

Correlacionando esses aspectos com a questão da avaliação, depreende-se dos estudos de/sobre a TO a perspectiva de que se cada ato de fala envolve necessariamente a compreensão do falante acerca do mundo e das práticas sociais, a depender de sua posição e de seus interesses, diferenças quanto ao próprio acesso a e/ou participação em determinadas práticas sociais – inclusive linguísticas – podem resultar em diferentes compreensões acerca do mundo; e como incorporada à compreensão do falante, acerca do mundo em geral, está a avaliação que ele faz do sistema social, todo ato de fala é ideologicamente mediado, o que significa dizer que todo uso linguístico se funda na avaliação social (e não apenas os recursos variáveis) e, por isso, consiste num “trabalho de representação” (IRVINE, 2001, p. 24), que opera em termos de projeção de imagens e de vozes sociais.

Como resultado, a separação entre avaliação (ação social mais consciente) e percepção (ação social menos inconsciente), típica dos estudos de primeira onda, aqui, parece desaparecer, não apenas pelo afastamento da concepção de usos conscientes/inconscientes, mas também pela adoção

da perspectiva (epistemológica) de que toda percepção, toda visão, toda compreensão e representação linguística é fundada em uma base avaliativa, em uma base ideológica – daí podermos falar em *percepção/avaliação*<sup>20</sup>, conforme compreensão ressignificada da questão.

Em decorrência disso, embora as diferentes técnicas e protocolos de testagem de como os falantes julgam variantes linguísticas e a elas associam valores não precisem, necessariamente, sair de cena, análises qualitativas, de base interpretativista, passam a também compor a investigação (e em posição de destaque<sup>21</sup>), assumindo que as valorações associadas aos recursos linguísticos precisam ser perscrutadas, a fim de se explorar os regimes de concepções, de significados que os constituem – daí esse tipo de análise focalizar princípios e processos subjacentes às práticas socioculturais, em busca de explicações sobre a configuração da paisagem social. Nessa ótica, a percepção de recursos linguísticos depende da trama de sentidos cultivados pelos sujeitos em suas vidas, âmbito em que as relações e as identidades são evocadas e (re)configuradas.

Em vista disso está a assunção de que os regimes de concepções e de representações, ainda que compartilhados, não são partilhados integralmente e, por isso, eles são sempre parciais, afastando a noção de homogeneidade (de avaliação, de usos linguísticos, de estilo, de identidade etc.) até mesmo no interior de um pequeno grupo social (IRVINE, 2001).

Com isso, se, na perspectiva laboviana, desde que os sujeitos avaliem de modo mais homogêneo os recursos linguísticos, terão, para o analista, uma identidade comum – uma identidade capixaba, por exemplo –, nos estudos de TO, tal como estamos lendo, *os sujeitos precisam se sentir* compartilhando valores e identidades, dizendo isso eles mesmos, tendo em vista que a percepção do que é ser capixaba, em termos linguísticos, por exemplo,

---

20 A partir deste ponto, utilizamos apenas o termo *percepção*, estando nele implicado o aspecto avaliativo/valorativo.

21 O estudo de Drager et al (2021) é exemplar, nesse sentido.

associa-se a um sentido de pertencimento/não pertencimento local (que nasce de uma ampla gama de outros sentidos orientadores da vida dos sujeitos); refere-se, portanto, a um significado que precisa ser dado pelos cidadãos, e não pelo analista (ainda que, tecnicamente, os analistas comprovem especificidades)<sup>22</sup>. Em outras palavras, destacamos que, pelas reflexões da TO, emerge a questão sobre se cabe ao analista dar a resposta sobre a identidade (*sobre a autenticidade*) dos sujeitos, independentemente do que eles pensam – implícita ou explicitamente.

É nesse sentido que o estudo de fenômenos linguísticos, de um ponto de vista variacionista, passa a reivindicar, em primeiro plano, a questão da ideologia também na constituição teórica do modelo, admitindo que a “denotação de uma palavra pode absorver conotações através da associação com aspectos do contexto em que é usada e, certamente, de posturas” (ECKERT, 2018, p. 155); ou, em outras palavras, admite-se que “os falantes exploram a variabilidade linguística de forma sistemática para adicionar uma camada de significado social ao significado denotacional” (ECKERT, 2012, p. 269) – um indício de que o parâmetro dessa fase não pode mais estar no valor de verdade das formas linguísticas em análise.

No âmbito dessa perspectiva, então, está:

a) a concepção de língua como prática social (ECKERT, 2008), e o foco de investigação passa a ser o significado social da prática, o que desloca o foco de padrões sociais globais de uso da língua para a relação que o falante faz entre aspectos sociais e interacionais, com interesse especial no significado interacional da variação (SCHILLING, 2013);

---

22 Destaque-se que não estamos, com essa argumentação, negando a existência de marcas linguísticas próprias em terras capixabas, mas problematizando a questão do que essas marcas significam para os cidadãos, conforme eles mesmos, já que estamos agenciando uma fase variacionista cujo centro é o significado social das práticas culturais (para os sujeitos).

b) a visão de que identidade é uma perspectiva pessoal, assumida em cada prática linguística, e uma categoria, portanto, muito mais do discurso (*persona*) do que do mundo empírico<sup>23</sup>, de modo que “o estudo do significado da variação sociolinguística é o estudo da relação entre variação e identidade [discursiva]” (ECKERT, 2000, p. 42);

c) a perspectiva de que a “[...] variação constitui um sistema social semiótico capaz de expressar toda a gama de preocupações sociais de uma comunidade” (ECKERT, 2012, p. 279), e, como essas preocupações estão sempre em mudança, a propriedade central das variáveis é a mutabilidade indexal, por conta da prática estilística. (ECKERT, 2012).

Por *mutabilidade indexal*, Eckert está fazendo referência ao conceito de ordem indexal, de Silverstein (2003), conceito que, ao fornecer uma base para explicar a relação entre fatos macrossociológicos e prática linguística, funciona como uma explicação teórica do papel da interpretação do contexto, no processo de atribuição contínua de significado social aos recursos linguísticos, pelo seguinte: a participação no discurso envolve uma interpretação contínua das formas no contexto, de modo que a atribuição de valores indiciais às formas linguísticas é momentânea, estando sempre disponível para reinterpretção.

Segundo Eckert (2018), a diferenciação étnica pela linguagem, por exemplo, é particularmente interessante para ver a indexicalidade, para ver

---

23 Valendo-nos de explicações sobre a relação entre o mundo da vida e o mundo da linguagem, do campo dialógico dos estudos da linguagem (BAKHTIN, 2014 [1936-1937]), poderíamos deste modo pensar a relação entre sujeito empírico (mundo da vida) e sujeito de discurso (mundo da linguagem), nos estudos variacionistas: por um lado, o mundo real (representante) e o mundo da linguagem (representado) não se reduzem a uma e mesma coisa, pois há uma fronteira rigorosa entre um mundo e outro, dado que o que a linguagem faz é pintar o mundo a partir de um ponto de vista; por outro lado, a fronteira rigorosa que separa esses dois mundos não é intransponível, porque o mundo da linguagem se origina do mundo da vida, de modo que esses dois mundos, embora não se confundam, estão indissolavelmente ligados.

o desenvolvimento de múltiplas ordens de indexicalidade em ação, porque um mesmo recurso pode assumir significados sociais diferentes, conforme as ideologias associadas a cada grupo. Conforme a autora, em uma pequena comunidade agrícola de ascendência alemã, por exemplo, uma variável pode indexar o valor de trabalho árduo (MARY ROSE, 2006); mas, em outra comunidade (comunidade chicana<sup>24</sup> no norte da Califórnia), essa mesma variável pode estar relacionada à filiação a gangues (MENDONZA-DENTON, 2008), e assim por diante. Para a autora, o importante é notar que a simples associação entre uma variável e uma categoria de falantes é uma indexicalidade de *primeira ordem*; mas, logo que tal associação se materializa na prática, o traço linguístico fica disponível para associações com estereótipos da categoria, para sinalizar algo associado à categoria, configurando uma indexicalidade de *segunda ordem*, num movimento contínuo de associações, de maneira que uma variável pode se associar a muitos significados.

E,

[c]omo a mesma variável será usada para fazer movimentos ideológicos por pessoas diferentes, em situações diferentes e com propósitos diferentes, seu significado na prática não será uniforme em toda a população. [...] A variabilidade entre comunidades [portanto] não se limita à forma linguística, mas está presente na compreensão do que essa forma significa e, em última análise, nas ideologias que fundamentam o uso da linguagem (ECKERT, 2018, p. 158).

Entender o significado da variação implica, pois, analisar o campo ideológico em que um valor indexical emerge, considerando ainda que a contínua reconstrução do valor indexical de uma variável cria um campo indexical, ou seja, uma constelação de significados que estão ideologicamente

---

24 Conforme nota dos tradutores de Eckert (2012), “*chicano* é um termo utilizado para se referir à população estadunidense com ascendência mexicana, também conhecida como Mexican American, e carrega uma identidade política de valorização da cultura e da etnia de origem” (p. 286).

ligados, embora uma variável possa ter um campo indexical bastante vasto. (ECKERT, 2018). Ainda assim,

[q]uais dos significados do campo indexical o ouvinte associará a uma determinada ocorrência dependerá tanto da perspectiva do ouvinte quanto do estilo em que está inserida—o que inclui não apenas o conjunto das formas linguísticas do enunciado, mas também o conteúdo do enunciado. (ECKERT, 2018, p. 157).

Em linhas gerais, é por isso que os significados das variáveis, nessa perspectiva, precisam ser lidos de modo situado e em correlação com o todo (semiótico) em que aparecem.<sup>25</sup>

Por todos esses aspectos, vemos que, “[n]o movimento da primeira para a TO dos estudos variacionistas, a visão completa da relação entre língua e sociedade foi invertida” (ECKERT, 2012, p. 286), por isso (talvez na mesma direção da argumentação de Fishman de que a sociedade tem *status* conceitualmente superior à linguagem), o reconhecimento de que, agora, “nós precisamos teorizar a organização social das práticas linguísticas (ZHANG, 2005, p. 459), postura que parece posicionar a nova abordagem no polo da macrossociolinguística ou na sociolinguística da sociedade.

Como essas questões podem impactar a leitura sobre o sotaque capixaba, em referência a uma identidade linguística capixaba, é o que se apresenta a seguir.

## 2. O sotaque capixaba sob a perspectiva clássica

A despeito das diferentes perspectivas epistemológicas que parecem coexistir nos estudos variacionistas já desde os anos 2000, no Brasil as pesquisas seguem, mais robustamente, a perspectiva clássica. Por esse motivo,

---

25 Por esse motivo temos argumentado que o âmbito no qual o estudo da variação estilística deve ocorrer, conforme considerações dos estudos de TO, é o âmbito dos gêneros do discurso, enunciados relativamente estabilizados pela prática social. Cf. Autor, a sair.

essa é a base que orienta mais de perto estudos sobre os diferentes dialetos nacionais, na esteira do que se encontram, em contexto espírito-santense, os estudos sobre o dialeto capixaba.

Esses estudos, na tentativa de descrever “a identidade linguística do capixaba” (YACOVENCO *et al.*, 2012, p. 772), têm em comum o fato de utilizarem, primordialmente, dados de grandes Bancos<sup>26</sup>, constituídos sob os moldes labovianos – embora esses Bancos, nos últimos anos, venham se complexificando: são dados que, coletados por meio de entrevistas sociolinguísticas, teoricamente, representam o vernáculo de uma comunidade de fala, considerando, quase sempre, indivíduos que tenham nascido na comunidade e que sejam de diferentes faixas etárias, sexos, escolaridades, classes sociais e localização geográfica, no território em análise.

A questão é que todos os Bancos que assim se constituem – e todos os estudos que por eles e por suas premissas se orientam – indiciam os elefantes e os alces de que fala Eckert (2018): a noção de sujeito autêntico (aquele que nasceu na comunidade de fala e nela permaneceu até a estabilização da gramática, segundo a hipótese clássica), a noção de uso linguístico autêntico (o vernáculo), culminando na noção de identidade autêntica (“o capixaba”), de modo que “reflete[m] uma visão da linguagem como uma entidade fixa, em vez de fluida, e da identidade como compartimentada, permitindo pensar em um [dialeto] como um sistema discreto” (ECKERT, 2018, p. 167). Nesse sentido, esses estudos focalizam os limites (do que é ser capixaba, em termos de *uma* identidade linguística local), “e não o que as pessoas fazem com os

---

26 No Espírito Santo, destaca-se o Banco de dados intitulado “Português Falado na Cidade de Vitória – PortVix”, idealizado e coordenado pela professora Lilian Coutinho Yacovenco, desde os anos 2000, e, atualmente, também sob a coordenação das professoras Maria Marta Pereira Scherre e Leila Maria Tesch. Como não é nosso objetivo (a) falar sobre o referido Banco, nem mesmo (b) explanar estudos específicos sobre o sotaque capixaba, mas considerar o tipo de epistemologia que os orienta, não nos deteremos na exposição desses dois tópicos.

limites” (ECKERT, 2018, p. 127), em sinal de mascaramento da complexidade das práticas sociais.<sup>27</sup>

Argumentamos que, ao contrário disso, a vitalidade do que é ser capixaba está na complexidade da paisagem social, que liga as pessoas umas às outras e ao resto do mundo *de diferentes modos*, suscitando diferentes *efeitos* do que é ser “capixaba”, “não capixaba”, “talvez capixaba”, “alinhado à capixabas» etc., e tudo isso ainda em correlação com diferentes *efeitos* do que é “ser do interior”, “ser da capital”, “ser migrante”, “ser politizado”, “ser clássico”, “ser hippie”, etc.<sup>28</sup>. Em síntese, argumentamos que as pessoas têm, de si e dos outros, orientações bastante diferentes, de modo que mais coerente seria falar em *identidades locais* (no plural), considerando que “reivindicações de identidade local são sobre o que significa ser ‘daqui’ em oposição a algum ‘lá’ identificado” (ECKERT, 2018, p. 153).

Nesse contexto de discussão, a fim de captar percepções (valoradas) de diferentes sujeitos sobre a questão do sotaque capixaba, considerando como se significam (se se mimetizam ou se se diferenciam de algum “lá” pressuposto), levantamos alguns dados, conforme a seguir.

---

27 Veja-se, por exemplo, que Eckert (2018, p. 168) chega a denunciar que “[n]o discurso dominante da dialetologia americana, a variedade anglo branca é considerada um dialeto regional, enquanto as variedades afro-americanas e latinas são consideradas dialetos étnicos”. Apropriando-nos desse mesmo raciocínio delator, poderíamos pensar que o que tem sido alçado, por generalização, à categoria de dialeto ou sotaque capixaba, de algum modo, está excluindo “dialeto étnico” presentes no território espírito-santense, como as variedades indígenas, italianas, alemãs (etc.) e as que, fazendo fronteira com outros estados, como Bahia e Minas, em particular, são percebidas como híbridas. Seguramente os usos linguísticos desses falantes não são considerados para a formalização do que tem sido denominado “sotaque capixaba”.

28 Aqui, tomamos emprestadas as ideias de Eckert (2018) sobre identidade e sexualidade, para pensar a relação entre identidade e localidade.

### 3. Metodologia

A fim de reler a questão do sotaque capixaba, esta pesquisa qualitativa, de base interpretativista, levantou alguns dados por meio de pesquisa de opinião pública, para investigar a percepção de alguns sujeitos sobre a matéria. Não necessariamente os participantes da pesquisa tiveram que ser capixabas, pois o que está em questão é a *persona*, a identidade discursiva dos sujeitos.

Para a geração dos dados, foi criada uma enquete digital na plataforma *Google Forms*, com 5 perguntas objetivas (de respostas obrigatórias) e 1 pergunta discursiva (de resposta facultativa). A enquete foi compartilhada em diferentes redes sociais (*Instagram* e *WhatsApp*), durante um mês (de novembro/2021 a dezembro/2021), período constituído em razão do prazo para o desenvolvimento da pesquisa.<sup>29</sup>

As questões buscavam apurar a percepção dos sujeitos sobre o tópico em tela e, para tal, a primeira pergunta foi sobre se o participante era ou não capixaba<sup>30</sup> (*Você é capixaba?* - com duas possibilidades de resposta: sim ou não), pois, embora essa questão não seja, aqui, relevante do ponto de vista tradicionalmente assumido por trabalhos variacionistas clássicos, tem a vantagem de fornecer uma perspectiva sobre a matéria entre esses dois grupos.

A segunda questão objetivou identificar geograficamente os participantes da pesquisa, a fim de analisar se esse critério pode estar relacionado com possíveis diferenças quanto à percepção dos sujeitos sobre o ponto: (*Você viveu a maior parte do tempo no interior do Estado ou na Grande Vitória*<sup>31</sup>? – com três possibilidades de resposta, uma vez que não

---

29 Esses dados foram gerados durante a realização de Trabalho de Conclusão de Curso da segunda autora, sob a orientação da primeira autora.

30 Embora essa pergunta também possa ser problematizada (afinal, o que ser capixaba? Ter nascido, estar morando há muito tempo, ter sido acolhido etc.), por questão de espaço, não refletiremos sobre ela.

31 A Grande Vitória é composta pelos seguintes municípios: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

capixabas também poderiam participar da pesquisa: interior, grande Vitória ou outra localidade).

A terceira pergunta, o foco da enquete, foi especificamente sobre a percepção dos participantes sobre sotaque capixaba (*Você considera que capixaba tem sotaque?* – com duas possibilidades de resposta: sim ou não). A quarta pergunta foi aberta, de resposta facultativa, e consistiu em um espaço livre para que os participantes justificassem a resposta anterior (*Por que você pensa isso?*).

As duas últimas perguntas, conforme a seguir, são para controle do tipo de conhecimento (especializado ou não) que os participantes podem ter sobre questões linguísticas, considerando que isso pode justificar as respostas anteriores, e investigavam (a) se o participante tinha formação na área de Letras (*Você fez ou faz curso de Letras?* – com duas possibilidades de resposta: sim ou não) – e (b) se já participou de alguma pesquisa sobre sotaque capixaba (*Você já teve contato com alguma pesquisa sobre sotaque capixaba?* – com duas possibilidades de resposta: sim ou não), uma vez que informações técnicas sobre a questão poderiam já ser do conhecimento dos participantes.

Os resultados obtidos a partir desse instrumento são apresentados e discutidos a seguir.

## 4. Resultados e discussão

Com a investigação anteriormente descrita, foram obtidas 300 respostas. Curiosamente, exatamente 50% dos participantes responderam, em relação à questão central da pesquisa, que capixaba tem sotaque; e exatamente 50% responderam que capixaba não tem sotaque.

A partir desse resultado é possível destacar que existem, pelo menos, duas robustas (e contraditórias) percepções acerca do assunto, em terras capixabas. Para além do olhar do analista, verifica-se um cenário de discursos contraditórios sobre o tema, tal como esperado, o que parece indiciar diferentes movimentos identitários e diferentes orientações ideológicas sobre a matéria

“ser capixaba”. A fim de compreender de modo mais acurado essas posturas, apresentamos, a seguir, os resultados das outras perguntas.<sup>32</sup>

Com os resultados da segunda pergunta, que objetivava identificar geograficamente os participantes da pesquisa, verifica-se que a maior parte deles (65%) se autodeclara capixaba<sup>33</sup>, tendo vivido grande parte do tempo na Grande Vitória<sup>34</sup>. Comparando esse resultado com o resultado mais geral da pesquisa (questão anterior), verifica-se que a percepção controversa (sobre se capixaba tem sotaque) não é motivada por uma oposição entre ser ou não ser capixaba, em termos geográficos, uma vez que, no interior de cada um desses grupos, a percepção é variável. Assim, considerando especificamente cada grupo, a controversa se mantém, embora a maioria dos não capixabas entrevistados (67%) perceba sotaque capixaba; e a maioria dos capixabas entrevistados não perceba um sotaque próprio (52%).

Um dado importante é que essa tendência, quanto à percepção sobre sotaque capixaba, entre os capixabas, altera-se, ligeiramente, entre participantes do interior (quando comparados aos da Grande Vitória), pois, em maior percentual (51%), percebem sotaque, o que talvez aponte para uma percepção mediada por discursos mais localistas, nesse contexto geográfico e cultural<sup>35</sup>, levando os sujeitos a se apropriarem de discursos e/

---

32 Neste texto, por questão de espaço, não faremos menção às respostas discursivas.

33 Como parte de levantamento de dados para outra pesquisa em andamento, temos identificado, em nosso próprio círculo de conhecidos, sujeitos que não nasceram em terras capixabas, mas se declaram capixabas, mesmo tendo migrado para o território depois dos 15 anos, por exemplo; e sujeitos que nasceram em terras capixabas, mas não se reconhecem como capixabas. O modo como os sujeitos se autodeclaram passou a ser, portanto, objeto de nossa atenção, a fim de compreender quais elementos orientam a percepção identitária dos cidadãos, no que tange a esse traço.

34 26% dos sujeitos declararam ter vivido no interior e 9% em outras localidades, fora do território capixaba.

35 Estamos considerando que, mais importante que a questão geográfica, também implicada na relação capital/interior, estão questões de ordem cultural, no que tange aos modos de organização da vida social nesses dois contextos.

ou a se reconhecerem como tendo uma identidade mais estabilizada – *uma identidade capixaba*.

Além disso, em relação às perguntas sobre o contato dos participantes com pesquisas anteriores sobre sotaque capixaba, a fim de investigar se o contato prévio com pesquisadores (ou seja, com a voz da ciência) poderia impactar a percepção dos sujeitos sobre a matéria, 91% declararam que não tiveram contato prévio com pesquisas sobre sotaque capixaba, o que talvez seja um indicativo da pouca consideração, nas reflexões especializadas locais (acadêmicas, jornalísticas etc.), para a voz da população, uma vez que esse tema é recorrentemente debatido publicamente. Conforme a ancoragem política desta pesquisa (RAJAGOPALAN, 2013), contudo, a voz do cidadão comum, nesse debate, importa – e importa tanto quanto a voz do especialista. A inserção da percepção desses sujeitos no debate coletivo, inclusive, poderia redimensionar as informações veiculadas sobre a matéria. Dentre os 9% de sujeitos que tiveram contato prévio com esse tipo de pesquisa, a maioria (67%) ainda não percebe sotaque entre os capixabas.

É nessa linha, portanto, que investigamos também como o curso de Letras pode influenciar a percepção dos participantes, dado que as informações veiculadas nesse contexto passam a constituir a própria identidade dos sujeitos, impactando diretamente o modo como percebem a realidade, em geral, e essa matéria, em particular. Assim, obtivemos a informação de que 11% dos participantes fizeram ou faziam o curso de Letras. Dentre esses, a maioria (74%) considera que capixaba tem sotaque; ademais, considerando o percentual de alunos de Letras que tiveram contato com pesquisas sobre sotaque capixaba, 82% também consideram que capixaba tem sotaque, enquanto, dentre os que não tiveram contato com esse tipo de pesquisa, o percentual para essa mesma percepção cai um pouco (65%), embora a perspectiva se mantenha.

Esses dados nos levaram a concluir que o curso de Letras (enquanto campo de formação educacional) afeta sim a percepção dos sujeitos, dado que foi sob esse escopo que a maior diferença entre as percepções sobre a

matéria apareceu – um indicativo de que, mais do que a localidade geográfica, é a formação cultural dos sujeitos que funciona como elemento regente da percepção social e identitária – embora diferenças em um mesmo grupo cultural ainda sejam esperadas/mantidas.

Reiterando nossa argumentação, com esses últimos dados verificamos que a percepção do especialista, importante e necessária para o debate em tela, configura-se de modo específico, conforme saber especializado e identificado com uma certa matriz epistemológica (embora outra pudesse ser acionada, uma vez que a própria ciência é plural), mas não pode ser a única a ser considerada em assunto de interesse público.

Embora esses dados sejam muito triviais, uma vez que não subsidiam análises mais robustas acerca de questões identitárias, deixa ver diferentes modos de percepção sobre sotaque capixaba, fazendo emergir diferentes discursos sobre o que é ser capixaba, um indicativo de que, pelos mesmos recursos linguísticos, os sujeitos, considerando o potencial semiótico deles, atribuem diferentes significados a si e aos outros.

Desses poucos dados, aliados à discussão epistemológica anterior, podemos sinalizar para a seguinte agenda de trabalho, apenas considerando a questão das *identidades linguísticas capixabas*:

- Se, até aqui, a percepção da população sobre sua própria identidade linguística não tem sido considerada, sob a ótica da TO, tal como a caracterizamos neste texto, isso parece ser o ponto de partida da investigação, uma vez que essa percepção decorre de *significados sociais* latentes, em busca do que devemos ir, para compreensão da vida social dessa comunidade, pois disso (desse conteúdo) derivam todos os produtos sociais (dentre os quais, os usos linguísticos e seus significados). Desse modo:
- Considerando que recursos linguísticos variáveis diversos estejam disponíveis e sejam reconhecidos por todos os sujeitos dessa comunidade, por que um mesmo grupo percebe as mesmas variáveis linguísticas (que podem indiciar o que é “ser capixaba”) sob diferente ótica?

- O quê dos usos linguísticos (em geral) é mais saliente aos sujeitos, a fim de que percebam ou não uma identidade linguística capixaba?
- O que significa ter ou não sotaque para esses sujeitos? É possível se perceber como não tendo sotaque e ainda assim se considerar capixaba?
- Estaria esse tipo de percepção associada a diferentes campos indexicais, a depender do estilo de vida dos sujeitos?
- E como diferentes estilos de vida podem impactar os significados sociais das variáveis linguísticas, considerando a premissa eckertiana de que diferenças em repertórios interpretativos desempenham um papel importante na mutabilidade do valor indexical das variáveis?
- Se, até aqui, a identidade linguística capixaba tem sido estudada em termos de variáveis (/traços) isolados, que, depois, se somam, como indicativos de uma certa *capixabanidade*, como esses significados identitários (ter ou não sotaque) podem ser examinados a partir da combinação de múltiplos traços linguísticos (não apenas de fenômenos variáveis) que coocorrem em usos particulares?
- Estariam as diferentes percepções sobre sotaque capixaba (ter ou não ter) relacionadas a indexicalidades de primeira e de segunda ordens, por exemplo, sendo, portanto, essas diferenças decorrentes do tipo de associação feita – (a) entre traços linguísticos e categoria de falantes ou (b) entre traços linguísticos e estereótipos associados a categorias de falantes?
- Os significados sociais que se relacionam a ter ou não ter sotaque capixaba estão direta ou apenas indiretamente relacionados a determinadas variáveis linguísticas?

Além disso, aprofundando o debate, com vistas à formulações teórico-metodológicas, caberia investigar: quais histórias socioculturais promovem diferentes percepções; como os sujeitos, em suas práticas cotidianas, se alinham a determinadas percepções e as reforçam ou as ressignificam no interior de práticas específicas; como podemos constituir um campo indexal de sentidos para as perspectivas identitárias, a exemplo do que podemos fazer com variáveis sociolinguísticas; como incorporar, teoricamente,

pluridiscursividade, na análise variacionista, no sentido de fazer valer a perspectiva de que os sujeitos têm direito à construção de autonarrativas, mesmo que essas divirjam da perspectiva do analista; e, mais importante ainda, quem pode dizer a um povo o que ele é, em termos identitários, considerando a epistemologia de teorias pós-modernas.

Para além de um objeto de estudo (o sotaque capixaba), nossa argumentação é a de que estamos tratando de uma nova epistemologia, principalmente porque todas essas considerações indiciam uma nova forma de se fazer pesquisa – uma

que envolv[e] crucialmente um processo de renarração da vida social, diretamente vinculado à necessidade de compreendê-la. A questão crucial parece radicar na reinvenção de formas de produzir conhecimento, tendo em vista ser a pesquisa um modo mesmo de construir a vida social ao mesmo tempo em que tenta entendê-la. (CAMACHO, 2015, p. 24).

Poderíamos, por fim, indagar sobre até que ponto esse tipo de investigação é variacionista, considerando que parece extrapolar todos os limites do que, até aqui, temos feito. Parece que nos movemos, nessa nova onda, para um novo conjunto de questões, cujo cerne está na consideração de práticas semióticas. Essa viragem é que parece desmedir os limites do campo (da microssociolinguística) – considerando uma certa direção (para a macrossociolinguística) – e queremos ir para lá.

## Conclusão

Este texto teve como objetivo depreender de uma certa literatura de/ sobre TO uma ressignificada concepção de avaliação, de percepção e de identidade, além de lançar luz, de modo ilustrativo, sobre como a questão da identidade sociolinguística capixaba pode ser reinterpretada, nesse contexto de discussão, que também indicia premissas que são de natureza política. Para geração de dados, estruturou-se uma enquete, obtendo como resultado geral um cenário pluridiscursivo sobre se capixaba tem ou não sotaque. Os dados

gerados, ainda que primários, permitem a construção de uma nova agenda de trabalho, tanto para a investigação de um tópico específico (o sotaque capixaba), quanto para o fortalecimento de premissas epistemológicas, refletidas em conceitos e métodos, no âmbito dos estudos de TO.

Para trabalhos futuros, fica a tarefa de se compreender, de modo mais acurado, a contingência, a imprevisibilidade da vida (pós-moderna) e a epistemologia que, respondendo a essa nova vida, não silenciará discursos, não invisibilizará sujeitos, não evitará, enfim, a complexidade da pluridiscursividade.

Por fim, sobre se capixaba tem ou não sotaque, a partir das reflexões feitas aqui, podemos responder, com base nessa nova epistemologia e com base, talvez, em nosso próprio ideário sobre uma certa sociolinguística da sociedade: sim e não, concomitantemente.

## Referências

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar: 2005.

BAKHTIN, M. M. Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica. *In*: BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 7 ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 2014 [1936-1937]. p. 211-362.

CAMACHO, R. G. Uma breve retrospectiva da pesquisa sociolinguística. *In*: PARREIRA, M. C. *et al.* (Orgs.). **Pesquisas em linguística no século XXI: perspectivas e desafios teórico-metodológicos** (Série Trilhas Linguísticas 27). 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 13-27.

CAMACHO, R. G.; SALOMÃO-CONCHALO, M. H. A variação de plural no SN como um indexador de identidade. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 46-63, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/index>. Acesso em 17 abr. 2022.

CASIMIRO, S. A identidade nos estudos sociolinguísticos. *In*: ANDRADE, G. S. **Estudos linguísticos: do falado ao escrito, do texto ao discurso**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 30-56. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HzwflYXhrrFAyS4Dsc7TS7YTHdmAT9go/view>. Acesso em ago. 10 fev. 2022.

COULMAS, F. Introduction. *In*: COULMAS, F. (Ed.). **The handbook of sociolinguistics**. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>. Acesso em: 10 ago. 2022.

COUPLAND, N. Language, situation, and the relational self: theorizing dialectstyle in sociolinguistics. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (Eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 185-210.

COUPLAND, N. **Style: language variation and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DRAGER, K. *et al.* Perceptions of style: a focus on fundamental frequency and perceived social characteristics. *In*: HALL-LEW, L.; MOORE, E.; PODESVA, R. J. (Eds.). **Social meaning and linguistic variation: theorizing the third wave**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p.176-201.

ECKERT, P. **Linguistic variation as social practice**. Blackwell: Oxford, 2000.

ECKERT, P. Variation, convention and social meaning, **Paper presented at the annual meeting of the linguistic society of america**. Oakland CA, Jan. 7, 2005.

ECKERT, P. Variation and the indexical field. **Journal of sociolinguistics**. v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008.

ECKERT, P. As três ondas do estudo da variação: a emergência do significado no estudo da variação sociolinguística. Tradução de Samuel Gomes de Oliveira, Lívia Majolo Rockenbach e Athany Gutierrez. **Organon**, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 268-291, jan/jun. 2022 [2012]. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/122962/85298>. Acesso em 15 ago. 2022.

ECKERT, P. **Third wave variationism**. Oxford Handbooks Online, 2016. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935345.001.0001/oxfordhb-9780199935345-e-27>. Acesso em: 12 abr. de 2022.

ECKERT, P. **The third wave in sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press. 2018.

ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (Eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ECKERT, P.; WENGER, É. What is the role of power in sociolinguistic variation? **Journal of sociolinguistics**. Reino Unido, 9, 4, p. 582- 589, 2005.

FISHMAN, J. **Sociología del lenguaje**. Madrid: Cátedra, 1982.

FREITAG, R. M. K. *et al.* Como o brasileiro acha que fala? Desafios e propostas para a caracterização do “português brasileiro”. **Signo y Sena**, n. 28, p. 65-87, dez. 2015. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/3174/2813>. Acesso em dez. 2021.

FREITAG, R. M. K.; SANTOS, A. de O. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. *In*: LOPES, Norma da Silva *et al.* (Orgs.) **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 109-122.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GUY, G. R. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões da variação linguística. **Organon**, v.14, n. 28 e 29, p. 17-32. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30194/18703>. Acesso em dez. 2021.

GUY, G. R. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. *In: Abralín*, 2001. Disponível em: [http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais\\_con2int\\_conf02.pdf](http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf). Acesso em: 25 maio 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL-LEW, L.; MOORE, E.; PODESVA, R. J. (Eds.). **Social meaning and linguistic variation: theorizing the third wave**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

IRVINE, J. “Style” as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. *In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (Eds.). Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. Building on empirical foundations. *In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1982. p.81-84.

LE PAGE, R. B. The Evolution of a sociolinguistic theory of language. *In*: COULMAS, F (Ed.). **The handbook of sociolinguistics**. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>. Acesso em: 05 maio 2022.

MILROY, J.; MILROY, L. Varieties and variation. *In*: COULMAS, F. (Ed.). **The handbook of sociolinguistics**. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>. Acesso em: 15 abri. 2022.

NARO, A. O dinamismo das línguas. *In*: MOLLICA, C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 43-51.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OUSHIRO, L. Avaliações e percepções sociolinguísticas. **Estudos linguísticos (São Paulo)**. 1978), v. 50, p. 318-336, 2021. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3100>. Acesso em: 13 fev. 2022.

RAJAGOPALAN, K. Política Linguística: do que se trata, afinal? *In*: NICOLAIDES, C. *et al.* **Política e Políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.

RAMOS, J. M. Avaliação de dialetos brasileiros: o sotaque. **Revista Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, ano 6, n.5, v.1, p.103-125, jan./jun. 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1045>. Acesso em: 17 maio 2022.

SCHILLING, N. Investigating stylistic variation. *In*: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING, N. (Eds.). **The handbook of language variation and change**. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 327-349.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language & communication**, v. 23, p. 193-229, 2003.

TAGLIAMONTE, S. A. **Variationist sociolinguistics**: change, observation, interpretation. Cambridge: Wiley – Blackwell, 2012.

TAPIAS, J. C. Aproximación a la sociología del lenguaje: hacia unas consideraciones generales. **Cuadernos de Lingüística Hispánica**, n. 31, Janeiro-Junho, pp. 59-77, 2018. Disponível em: [https://revistas.uptc.edu.co/index.php/linguistica\\_hispanica/article/view/7744/6134](https://revistas.uptc.edu.co/index.php/linguistica_hispanica/article/view/7744/6134). Acesso em: 02 ago. 2022.

TAMMINGA, M. Social meaning and the temporal dynamics of sound changes. In: HALL-LEW, L.; MOORE, E.; PODESVA, R. J. (Eds.). **Social meaning and linguistic variation**: theorizing the third wave. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p.338-362.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

YACOVENCO, L. C. *et al.* Projeto Portvix: a fala de Vitória/ES em cena. **Alfa**: Revista de Linguística (UNESP. Online), v. 56, p. 771-806, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4946>. Acesso em 15 abr. 2022.

ZHANG, Q. A Chinese yuppie in Beijing: phonological variation and the construction of a new Professional identity. **Language in Society**, Cambridge University Press, v.34, p. 431-466, 2005.